

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Vai sobrar dinheiro.....	2
Título: Petrobras planeja vender US\$ 36,9 bilhões até 2023.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Partilha dos recursos do pré-sal fica para o ano que vem.....	4
Título: Petrobras prevê aumento no investimento e maior foco nos acionistas.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Para Moreira Franco, 'campanha moral' impediu avanço de reforma	6
Título: Plano de investimento de US\$ 84 bi da Petrobrás será revisto por novo governo	7
Título: Empresário vê reaquecimento do mercado	9
Título: Emissões de CO2 voltam a subir	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Cade abre inquérito contra a Petrobras	11
Título: Estatal investe US\$ 84 bi.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico.....	13
Título: RS quer compensação ambiental de projeto solar	13
Título: Livro mostra que Brasil aproveita pouco potencial econômico do mar	14
Título: Novembro teve 1ª deflação em 20 anos, dizem analistas.....	16
Título: Energia mais barata leva baixa renda à menor inflação em 16 meses.....	18
Título: Obrador suspende leilões de petróleo no México por três anos	19
Título: A energia custa mais do que mostra a conta de luz	21
Título: Petrobras retoma petroquímica	23
Título: Petrobras quer US\$ 27 bi em venda de ativos.....	25

Título: Negócios com Glencore, Vitol e Trafigura são alvo da Lava-Jato	27
Título: Cade decide investigar estatal sobre conduta em refino	29
Título: Santo Antônio está perto de acordo com BNDES	31
Título: Produção de aço deve fechar 2018 com nível recorde.....	32
Título: Coalizão garantiu interlocução direta com Paulo Guedes.....	33
Título: Destaques	34

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Vai sobrar dinheiro

Do total de R\$ 9,5 bilhões destinados ao programa de subvenção ao diesel (que nasceu na greve dos caminhoneiros), deve sobrar entre R\$ 1 bilhão e 1,5 bi. Resultado da queda do preço internacional do diesel de maio para cá.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/12/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Petrobras planeja vender US\$ 36,9 bilhões até 2023

Novo plano de negócios da estatal eleva meta de alienações e projeta investimentos de US\$ 84 bi

A Petrobras elevou sua meta de venda de ativos para US\$ 26,9 bilhões (R\$ 103,8 milhões) nos próximos cinco anos. A meta anterior era de US\$ 21 bilhões no biênio 2017-2018, mas a empresa só conseguiu levantar US\$ 8,3 bilhões até agora com a venda de negócios. A nova previsão consta do Plano de Negócios e Gestão 2019-2023, apresentado ontem pela estatal junto como Plano Estratégico 2040. Ambos foram aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

O diretor financeiro da Petrobras, Rafael Grisolia, explicou que os ativos à venda são os mesmos do plano anterior, como a distribuidora Liquigás e a rede de gasodutos TAG, e uma fatia de suas refinarias.

O novo plano de negócios prevê investimentos de pouco mais de US\$ 84 bilhões (R\$ 324,2 bilhões) no período, conforme antecipado pelo GLOBO, o maior investimento da Petrobras desde o plano para o período 2015-2019, que foi de US\$ 98,4 bilhões. A venda de ativos e a geração de caixa estimada em US\$ 114,2 bilhões viabilizarão os investimentos, que, segundo a estatal, podem gerar 450 mil empregos no país em cinco anos.

Analistas consideraram positivo o novo plano, embora a tônica tenha sido de continuidade aos projetos em andamento diante da perspectiva de uma nova administração a partir de janeiro.

— O plano é uma atualização, com foco no aumento da produção e redução da dívida — destacou Pedro Galdi, da Mira e Corretora.

CADE ABRE INVESTIGAÇÃO

Ontem, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu abrir um inquérito para apurar a concentração de 98% do mercado de refino nas mãos da Petrobras. Estudo da autarquia concluiu que a concorrência está limitada à importação de combustíveis e a empresas de pequeno porte no país. A estatal planeja vender participações em algumas delas, mas o Cade não concorda com o modelo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Para Sair DO Quintal

Mercado Aberto

A construtora paranaense Montago planeja investir pelo menos R\$ 120 milhões em projetos de transmissão que serão licitados pela Aneel (agência reguladora) em 2019.

O objetivo da empresa é priorizar as concessões para passar a ter atuação nacional, não mais apenas na região Sul, segundo Alexandre Magalhães, diretor-executivo da companhia.

"Nosso planejamento foi feito para vencermos duas concessões em 2019. Também estamos focados em um lote do próximo leilão do dia 20, de uma subestação em Rondônia, que vai requisitar investimento de R\$ 60 milhões."

Os aportes, porém, dependerão do sucesso nos certames. Cerca de 70% dos recursos utilizados são captados com bancos públicos, mas investidores privados também têm se interessado pelos projetos, diz Magalhães.

A empresa começa em janeiro a construir um outro lote, vencido no ano passado, em Pernambuco. Com Felipe Gutierrez (interino), Igor Utsumi e Ivan Martínez-Vargas

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro e Julio Wiziack

Título: Partilha dos recursos do pré-sal fica para o ano que vem

Brasília- A equipe de Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, quer adiar para o ano que vem as tratativas com estados e municípios para dividir os recursos do mega leilão que a União quer fazer na área da cessão onerosa, região do pré-sal operada exclusivamente pela Petrobras.

As negociações para dividir a receita, sustentam integrantes do grupo, devem esperar pela conclusão do acordo entre a estatal e a União. Sem isso, não é possível saber quanto o leilão vai render.

Sem previsão de desfecho, a equipe de Guedes considera que é melhor deixar a discussão da divisão dos recursos para o próximo ano.

Outro empecilho é a exigência de que o acordo seja aprovado pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), que tem a última reunião do ano prevista para daqui duas semanas.

O valor estimado de receita do leilão é de R\$ 100 bilhões, mas está sendo considerado superavaliado.

Segundo pessoas que participam das negociações, existem diversos pontos do contrato em discussão diante das brechas que dão margem a interpretações muitas vezes divergentes.

Por isso, a atual equipe econômica propôs um projeto de lei, que tramita no Senado, para garantir a segurança jurídica do acordo.

A ideia de repartir os recursos foi uma tentativa de acelerar a votação no Congresso, mas acabou complicando a discussão.

Guedes chegou a cogitar um recuo e contar com um acórdão do TCU (Tribunal de Contas da União) para levar o processo adiante.

Nesta quarta-feira (5), porém, ministros do TCU, enviaram mensagens para Guedes dizendo que o plenário não produzirá um acórdão dando sinal verde para o leilão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras prevê aumento no investimento e maior foco nos acionistas

Rio de Janeiro- Em seu último plano estratégico antes do governo Jair Bolsonaro, a Petrobras anunciou aumento de 12,9% na previsão de investimentos para os próximos cinco anos e maior foco em retorno aos acionistas e rentabilidade de suas operações.

O plano foi aprovado pelo conselho de administração da estatal na terça (4). Nomeado por Bolsonaro para presidir a empresa a partir de janeiro, o economista Roberto Castello Branco teve acesso alinhavado do documento, mas não foi informado de detalhes.

"O plano é institucional, da empresa, não de uma pessoa ou duas", disse o diretor de Estratégia da companhia, Nelson Silva, ao ser questionado por analistas sobre aval do governo aos termos aprovados.

A Petrobras prevê aportes de US\$ 84,1 bilhões (R\$ 324 bilhões, ao câmbio atual) entre 2019 e 2022, o maior valor desde o plano 2015-2019, aprovado ainda em 2014, antes do recrudescimento da crise da empresa. Desse total, 81,8%, ou US\$ 68,8 bilhões estão reservados à área de exploração e produção de petróleo, que é responsável pelo pré-sal. O foco na produção de petróleo já foi citado por Castello Branco como prioridade.

O documento mantém os planos de venda de participações em refinarias, também defendidos pelo futuro presidente da estatal. Mas deixa de fora a venda da BR Distribuidora, possibilidade levantada pelo vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão.

"A gente acha que tem outros ativos [para serem vendidos], outras oportunidades", disse o diretor financeiro da companhia, Rafael Grisolia. Até 2023, a Petrobras espera arrecadar até US\$ 26,9 bilhões com a venda de ativos.

A Petrobras cria pela primeira vez meta de rentabilidade, medida pelo indicador conhecido como Roce (retorno sobre o capital empregado), que terá de ficar abaixo de 11% até 2020. Atualmente, a empresa não divulga o indicador em seus balanços.

A companhia aperta ainda as metas de redução do endividamento. Em 2020, a relação entre dívida líquida e Ebitda (indicados que mede a geração de caixa) deverá estar abaixo de 1,5 vez. No terceiro trimestre, eram 2,96 vezes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/12/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Para Moreira Franco, 'campanha moral' impediu avanço de reforma

Ministro de Minas e energia diz que "nunca viu" ação contrária a um presidente da República como ocorreu com Temer

Em um balanço de erros e acertos do governo Michel Temer, **o ministro de Minas e energia, Moreira Franco**, disse ontem que uma "campanha de natureza moral" contra o presidente foi o principal fator para que a reforma da Previdência não tenha sido aprovada. Um dos nomes mais próximos de Temer, o ministro disse que "nunca viu" uma campanha contrária a um presidente da República "tão deliberada". Temer foi denunciado duas vezes pela Procuradoria-Geral da República, por obstrução de Justiça e organização criminosa, mas teve as denúncias barradas pela Câmara.

"O grande problema do presidente Temer é que ele teve uma campanha de natureza moral contra ele muito vigorosa, muito dura", afirmou o ministro ao Estado. "Nunca vi nenhuma campanha assim deliberada, quiseram derrubar o presidente da República. Foi essa campanha que impediu (a aprovação da Previdência)."

Moreira Franco ressaltou que, quando a primeira denúncia contra Temer foi divulgada, a reforma da Previdência estava a duas semanas da votação. "Digo com tristeza, mas com muita naturalidade: a história do Brasil, do ponto de vista de emprego, do ponto de vista de ambiente de negócios, seria completamente outra."

O ministro concedeu a entrevista à TV Estadão ontem acompanhado pelo secretário-geral da Presidência, Ronaldo Fonseca, para um balanço dos dois anos e meio do atual governo. A avaliação para a área econômica foi positiva. Eles destacaram resultados no controle da inflação e na geração de empregos nos últimos sete meses.

Segundo Moreira Franco, houve sucesso, pois o plano de governo do MDB divulgado antes de Temer assumir foi seguido. "Nós conseguimos (resultados positivos) porque tínhamos um programa, a Ponte para o Futuro, que foi discutido com a sociedade com antecedência, e esse programa foi cumprido rigorosamente."

O secretário-geral da Presidência disse que os resultados econômicos ficaram acima da expectativa da equipe governamental. Ele comparou o governo com um paciente hospitalar. "O presidente pegou o governo como um paciente em coma, na UTI, e que ainda pegou pneumonia. O que eu vejo é que ele conseguiu colocar esse paciente na enfermaria e, se não deixarem pegar uma gripe, vai ter alta", afirmou Fonseca. "Não é questão de gostar ou não gostar do presidente Temer. São números, são dados."

Transição. Sobre a transição com o governo Bolsonaro, os ministros disseram que a próxima equipe do Planalto terá de tirar o foco de temas morais, que nortearam o debate durante a campanha eleitoral, e se concentrar na condução da economia e em políticas públicas. "Outros temas terão que vir à baila", disse Fonseca.

O secretário-geral aposta que o próximo governo deve ter apoio do próximo Congresso, que também assume em 2019. "Agora chegou a hora de pisar no chão. Eu acredito que não vai faltar a ele apoio, porque essa nova bancada é uma bancada muito ética."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/12/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Plano de investimento de US\$ 84 bi da Petrobrás será revisto por novo governo

Divergências. Números apresentados pela estatal serão revisados logo no início de 2019, segundo fonte próxima a Jair Bolsonaro; plano atual não contempla venda da BR Distribuidora, nem saída do setor petroquímico, pontos que contrariam projeto do presidente eleito

Anunciado ontem pela Petrobrás, o plano de investimentos de US\$ 84,1 bilhões para os próximos anos vai ser revisto logo no início de 2019 pelo novo governo, de acordo com fonte próxima ao presidente eleito, Jair Bolsonaro. O valor é 13% superior ao projetado no plano anterior.

Durante teleconferência com analistas do mercado, ao ser questionada se o futuro presidente da companhia, Roberto Castello Branco, está de acordo com o que foi planejado para a empresa que ele vai administrar a partir de janeiro, a diretoria da petroleira afirmou que o documento aprovado pelo conselho de administração “não é de uma pessoa”, mas da instituição Petrobrás.

“É um plano que envolveu mais de 100 pessoas e está sendo elaborado há oito meses. Tivemos pelo menos sete workshops (discussões internas), todas as áreas da companhia contribuíram. Somente aqueles que estão no dia a dia sabem da real profundidade do plano e sua robustez”, disse o diretor de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da petroleira, Nelson Silva.

Uma fonte da Petrobrás, que não quis se identificar, contou que o futuro presidente da estatal teve acesso apenas às linhas gerais do plano e não manifestou opinião. Procurado, Castello Branco não respondeu o pedido de entrevista. O novo plano estratégico também não foi apresentado à imprensa, como acontecia tradicionalmente.

Apenas analistas puderam fazer perguntas, em teleconferência que durou cerca de duas horas e não contou com a participação do atual presidente da estatal, Ivan Monteiro. Coube a Silva, que esteve à frente da elaboração do documento nos últimos meses, e ao diretor Financeiro, Rafael Grisolia, comandar a apresentação.

Horizonte.

Para a atual diretoria, o pior momento da crise passou. “É claro que não estamos mais na situação de estresse financeiro que estávamos há dois anos”, disse Silva. Em seguida, complementou que, apesar de menos pressionada, a petroleira não vai afrouxar na disciplina. “O que vemos agora é que a empresa pode olhar adiante e pensar em outras alternativas se forem rentáveis.”

O executivo citou a intenção de voltar a colocar dinheiro na busca por novos reservatórios de petróleo, “o que demonstra que a companhia entrou numa

fase de recuperação”. A petroleira também está disposta a procurar parceiros para projetos de gás natural liquefeito no Brasil ou no exterior.

O gás natural será “um veículo de crescimento da participação global” da estatal, segundo Silva. O programa de venda de ativos, defendido pela equipe econômica de Bolsonaro, foi mantido no radar, mas deverá ser tratado, como em qualquer grande petroleira, como um trabalho de gestão do portfólio. Na prática, significa que a companhia poderá se desfazer de alguns projetos e patrimônios, mas, ao mesmo tempo, avançar em outros.

O desinvestimento deixa de ser uma ferramenta prioritária de gerenciamento da dívida. A ideia é se desfazer de US\$ 26,9 bilhões do patrimônio até 2023. A Petrobrás continua buscando sócios para controlar quatro refinarias das regiões Nordeste e Sul do País e quer abandonar os negócios de fertilizantes e GLP (botijão de gás), além da exploração e produção de campos de menor porte, que não condizem com o portfólio.

Diferenças.

Mas o segmento petroquímico continua no foco de investimento. E não há plano de sair da distribuição de combustíveis, com a venda do controle da BR Distribuidora. Essas posições contrariam o projeto do próximo governo.

O presidente eleito já manifestou vontade de vender todos os ativos que não fazem parte do negócio principal da companhia: a produção de petróleo e gás natural, principalmente, no pré-sal.

No período em que esteve no conselho de administração da Petrobrás, de 2015 a 2016, o futuro presidente da companhia também defendeu a venda da BR Distribuidora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/12/2018

Seção: Economia

Autor: Circe Bonatelli

Título: Empresário vê reaquecimento do mercado

A aprovação na Câmara do projeto de lei que cria regras para os cancelamentos dos contratos de compra e venda de imóveis na planta – os distratos – é vista por empresários como o combustível que faltava para alimentar o reaquecimento do mercado imobiliário. “Agora não há por que imaginar que

esse mercado não vai crescer”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França.

“Temos melhora das condições macroeconômicas, juros abaixo de dois dígitos, desemprego decrescente e, agora, um marco regulatório que dará segurança para realização dos investimentos.” Na semana passada, Elie Horn, fundador da Cyrela, disse ao Estado, que, com a aprovação do projeto “nada mais seguraria um novo boom imobiliário”.

Dados da Abrainc mostram que o setor já está passando por uma inflexão, com retorno do crescimento. No acumulado do ano até setembro, houve avanço de 28,5% nos lançamentos. Na visão do presidente da loteadora Alphaville, Klausner Monteiro, os distratos distorciam o mercado, uma vez que obrigavam a devolução do dinheiro já empregado nas obras, comprometendo o fluxo de caixa da empresa.

“A aprovação da nova lei vai gerar um ímpeto de injeção de recursos no segmento de média a alta renda”, diz o diretor de relações com investidores da Eztec, Emílio Fugazza.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/12/2018

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Emissões de CO2 voltam a subir

As emissões globais de dióxido de carbono voltaram a crescer em 2018 e devem fechar o ano com alta de 2,7%, em comparação com o ano passado. É o que revelou ontem novo relatório do Global Carbon Project, divulgado na COP do Clima. É o segundo aumento consecutivo, depois de um período de três anos de estabilidade.

Em 2017, porém, a alta havia sido de 1,6%. O crescimento em 2018 se deu por causa do aumento da queima de carvão no mundo e ocorreu apesar de um crescimento de 15% em energia renovável. As emissões de todas as atividades humanas devem chegar a 41,5 bilhões de toneladas. Só a queima de combustíveis fósseis deve responder por 37,1 bilhões.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 06/12/2018**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni**Título:** Cade abre inquérito contra a Petrobras

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou ontem a instauração de inquérito administrativo contra a Petrobras para apurar suposto abuso de posição dominante no mercado nacional de refino de petróleo, explorado quase integralmente (98%) pela estatal. A única alternativa ao refino é a importação, mas Associação Brasileiras dos Importadores de Combustíveis (Abicom) também processa a petroleira na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por prática de preços predatórios.

Segundo o presidente do Cade, Alexandre Barreto, a Petrobras é uma formadora de preço e influencia uma das cadeias mais relevantes do país e, apesar do quase monopólio não constituir prática ilícita, “a estrutura atual potencializa eventual prática de abuso”. “Compete ao Cade fazer um controle preventivo para evitar que os agentes do mercado abusem do poder que eventualmente detenham.”.

Em nota, a Petrobras afirmou que “trata-se de procedimento investigativo preliminar, no qual a companhia terá oportunidade de demonstrar a inexistência de práticas infrativas à concorrência”. A estatal afirma que “confia na elevada capacidade técnica do Cade e tem convicção de que a avaliação isenta e imparcial a ser feita pelo órgão confirmará o estrito cumprimento da Lei de Defesa da Concorrência por parte da Petrobras”.

Sobre o processo na CVM, a estatal afirmou que é improcedente a acusação de prática de preços inferiores à paridade internacional. “Os preços de diesel praticados a partir de junho de 2018 preveem complemento do programa governamental de subvenção”

- **Lava-Jato**

Investigadores da Lava-Jato descobriram um esquema de pagamento de propina a funcionários da Petrobras. De acordo com a Polícia Federal, foram pagos R\$ 119 milhões para conseguir benefícios. Entre as empresas investigadas, estão Vitol, Trafigura e Glencore. Juntas, as três

corporações teriam realizado repasses ilegais de mais de R\$ 58 milhões. Até o início da noite de ontem, seis pessoas tinham sido presas, e quatro estavam foragidas. Quem não foi encontrado pelas equipes policiais, teve o nome incluído na lista de procurados da Interpol.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/12/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Estatal investe US\$ 84 bi

A Petrobras vai investir US\$ 84,1 bilhões nos próximos cinco anos, quase US\$ 10 bilhões a mais do que os US\$ 74,5 bilhões previstos no plano de negócios e gestão (PNG) de 2018 a 2022. Ontem, a estatal informou que o conselho de administração aprovou o planejamento estratégico com visão até 2040 e o PNG para o período de 2019 a 2023.

A petroleira manteve as métricas de melhoria da segurança da força de trabalho e operacional e de redução da dívida, mas acrescentou uma nova: a de rentabilidade, que estabelece um indicador de retorno sobre o capital empregado acima de 11% em 2020. “A nova métrica é criada após a superação dos problemas financeiros da companhia, que recupera agora o poder de escolha. Nesse cenário, garantir a disciplina de capital torna-se fundamental para a sustentabilidade do futuro da empresa”, disse o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro.

O novo plano tem três motores centrais de geração de valor para a empresa. No primeiro, nomeado força motriz, serão investidos US\$ 78,4 bilhões, sendo US\$ 68,8 bilhões em exploração e produção (E&P) e US\$ 8,2 bilhões em refino, transporte e comercialização (RTC).

Para ampliar a participação no mercado energético, a empresa vai investir US\$ 5,3 bilhões nas cadeias de gás e energia (US\$ 5 bilhões) e petroquímica (US\$ 300 milhões). O terceiro motor foca o futuro, com investimentos de US\$ 400 milhões em fontes renováveis, como eólica, solar e biocombustíveis. A estatal ainda reforçou seu compromisso com a rentabilidade, “sem necessidade de novas captações líquidas e com geração de fluxo de caixa robusta”. (SK)

- **Bolsa e dólar se valorizam**

O dia foi de baixa liquidez na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Influenciada pelo fechamento da Bolsa de Nova York, ontem, devido ao luto pela morte do ex-presidente do país, George H. W. Bush, o Ibovespa, principal índice da B3, teve pregão moderado, mas fechou em alta de 0,47%, aos 89.040 pontos, recuperando as perdas do dia anterior. Já o dólar teve valorização de 0,18% frente ao real, encerrando a quarta-feira negociado a R\$ 3,867 a venda. O destaque, no dia, ficou com os papéis ordinários da JBS, com alta de 5,49%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: RS quer compensação ambiental de projeto solar

Uma decisão inusitada da Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul (Fepam) deve encarecer a construção de projetos de geração de energia solar no Estado. A instituição determinou a cobrança de 0,5% do custo total de novos empreendimentos do tipo, com capacidade instalada superior a 5 megawatts (MW), a título de compensação ambiental.

A medida foi incluída em portaria publicada pela fundação no último mês, relativa ao licenciamento ambiental de projetos de geração de energia solar. Curiosamente, a norma permite que, em geral, o procedimento para o licenciamento das usinas seja o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), por se tratarem de empreendimentos de baixa complexidade. Ainda assim, é exigida a cobrança de 0,5%.

"Será exigida a aplicação de recursos financeiros de 0,5% sobre os custos totais para a implantação de empreendimento gerador de energia solar, tanto na hipótese de empreendimento licenciado com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/Rima, quanto em Relatório Ambiental Simplificado - RAS", diz a portaria.

Segundo o documento, ficarão isentos do pagamento da obrigação os empreendimentos licenciados a partir de estudos diversos do EIA/Rima e desde que representem a ocupação de espaços territoriais já antropizados.

"Ainda que a nova portaria, de forma geral, esteja em linha com a legislação federal e estadual de incentivo às fontes renováveis no Estado do Rio Grande do Sul, o estabelecimento de cobrança de compensação ambiental, além de imprecisões técnicas, pode dificultar o cumprimento de medidas de incentivo à

implantação de fontes solares no Estado, pois onera novos empreendimentos solares, podendo funcionar como uma barreira, um limitador de novos projetos, em vez de estimulá-los, sendo ponto dissonante", afirmou Fabiana Vidigal Diniz de Figueiredo, sócia de direito de energia e ambiente do CMT Advogados.

Segundo ela, outro ponto relevante é a falta de padronização entre os órgãos ambientais estaduais com relação ao entendimento se um empreendimento solar tem impacto ambiental significativo, ou não. Dependendo do Estado, a definição sobre a gravidade do impacto ambiental pode ser a localização em áreas de mata atlântica, ou o tamanho da área que o empreendimento vai ocupar ou até mesmo a capacidade instalada do projeto, por exemplo.

A nova portaria da Fepam também é semelhante à norma publicada em 2015 pelo órgão ambiental com relação a projetos de geração de energia eólica no Rio Grande do Sul. O documento também prevê a cobrança de 0,5% do custo total de implantação de parques eólicos no Estado a título de compensação ambiental.

A cobrança reduziu a competitividade nos leilões de energia de projetos localizados no Rio Grande do Sul, em relação a empreendimentos situados no Nordeste, que já possui condições de ventos mais favoráveis.

O Rio Grande do Sul possui hoje 81 parques eólicos em operação no país, com 1,83 mil MW de capacidade (pouco mais de 10% do total de capacidade eólica atual no Brasil), além de cinco projetos de energia solar fotovoltaica, somando apenas 58 quilowatts (kW), equivalente a menos de 0,01% do total do país.

Procurada, a Fepam não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Livro mostra que Brasil aproveita pouco potencial econômico do mar

O Brasil construiu 1% dos novos navios do mundo. O país está entre os dez que mais exploram petróleo e gás no mar, mas não aposta na energia renovável offshore. Está entre os 25 países com maior Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e ocupa as primeiras posições entre as nações com melhores atletas do mundo em surfe e vela. O que há em comum entre estes itens é o grande potencial de desenvolvimento econômico que o Brasil pode atingir através do mar.

A conclusão - e uma diversidade de dados econômicos e ambientais, de biotecnologia, energia, pesca, turismo, indústria naval, gastronomia, esportes - está nas 260 páginas do livro "O Valor do Mar - Uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil", da Editora Essencial Idea, lançado ontem em São Paulo. Consta, também, de um diagnóstico da consultoria PwC sobre o potencial econômico do mar no Brasil.

"Sou um fotógrafo de números sobre o oceano. Pesco dados", diz o economista português Miguel Marques, sócio da PwC Portugal e uma referência global em estudos sobre oceanos. Marques é um dos organizadores do livro.

Ele lidera o projeto Economia do Mar, iniciado pela PwC em Portugal há dez anos. O foco é em "crescimento azul, na promoção do desenvolvimento econômico, na criação de novos empregos e na proteção do ambiente", informa o texto no LinkedIn do economista português. "Está focado nos negócios familiares relacionados a atividades marinhas", segue o texto.

Marques tem liderado diagnósticos sobre os oceanos e seu potencial em vários países. Nestes "barômetros", como ele chama, há uma infinidade de dados sobre o mar. Para ter uma ideia, só 5% do solo marinho foi fotografado, o que revela o desconhecimento que se tem sobre o assunto.

"Somos uma empresa de números. Queríamos entender mais o mar, agrupar informações e ter uma visão integrada e sustentável sobre os oceanos. Mas não dizemos o que tem que ser feito", diz.

O livro levanta a urgência de o Brasil adotar um modelo de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais do mar territorial de 8,5 milhões de km². Por ali passam mais de 90% do comércio internacional feito pelo Brasil, diz texto enviado à imprensa.

"O primeiro fármaco para o tratamento contra o HIV, o AZT, provém de uma esponja do mar caribenho", informa o capítulo sobre a economia do mar no Brasil. Outro dado é o que mostra que em 2017 foram produzidas 172 milhões de toneladas de pescados no mundo.

Em comparação, a carne suína registrou produção de 120 milhões de toneladas, seguida pelo frango (118 milhões de toneladas). A produção de carne bovina foi de 70 milhões de toneladas. Em 2025, estima-se, a produção mundial de pescados deve chegar a 200 milhões de toneladas. "O primeiro passo para ter uma pesca sustentável é fazer o monitoramento dos estoques", diz Marques.

No PwC Leme Circum-Navegação, um dos estudos coordenados por Marques, há uma miríade de dados. Lê-se que a China responde por 18% da pesca global e 62% da aquicultura (dados de 2014). Ou que o Reino Unido, a Dinamarca e a

Alemanha respondem por 79% das energias renováveis offshore do mundo. A China, em quarto lugar, tem uma fatia de 8,4% da capacidade mundial. O Brasil ainda é tímido no setor.

"Não é possível pensar o mar repartido em nichos separados como a pesca, os transportes, o turismo ou energia. É preciso ver como a pesca se interliga com o turismo, e o turismo com os transportes", explica Marques. "A perspectiva tem de ser integrada", sintetiza.

Ele lembra que "o mar é diferente em todos os lados, e a diferença também existe na percepção que as pessoas que vivem do mar ou perto dele têm do oceano", continua o especialista em gestão de liderança, responsável pelo projeto Economia do Mar em Portugal.

"O brasileiro tem este amor pelo mar, mas a floresta é muito mais noticiada. Queríamos colocar os oceanos em foco", diz Sonia Fonseca, uma das sócias da editora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Novembro teve 1ª deflação em 20 anos, dizem analistas

Num pano de fundo bastante tranquilo para os preços livres, a redução das tarifas de energia elétrica e dos combustíveis levou a inflação ao campo negativo em novembro, estimam economistas, algo que não acontece no período desde 1998. Segundo a estimativa média de 37 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve deflação de 0,10% no mês passado, após alta de 0,45% em outubro.

Todas as projeções estão abaixo de zero e vão desde queda de 0,17% até retração de 0,04%. O dado será divulgado amanhã pelo IBGE. A inflação em 12 meses também deve recuar, de 4,56% em outubro para 4,16% em novembro - patamar inferior à meta anual perseguida pelo Banco Central, de 4,5%. E a expectativa é que o indicador chegue a dezembro em nível ainda menor.

Apenas a troca do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha para a amarela nas contas de luz, ocorrida no início do mês, teve impacto negativo de 0,17 ponto percentual sobre o IPCA de novembro, estima Vagner Alves, economista-chefe da Mogno Capital, para quem o indicador cedeu 0,05%. Em razão do acréscimo

menor sobre as tarifas, a eletricidade residencial caiu 4,3% no período, calcula, após subir 0,12% na medição anterior.

As tarifas administradas saíram de avanço de 0,54% em outubro e, agora, recuaram perto de 1%, afirma Alves, influenciadas não só pelas contas de luz, mas também pelos combustíveis. Com base em dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ele calcula que a gasolina registrou deflação de 2,3% em novembro, queda que deve se aprofundar no mês atual. "O repasse da redução de preços que a Petrobras faz nas refinarias demora para chegar às bombas", explicou.

Os preços livres também desaceleraram, de 0,41% para 0,25%, acrescenta o economista da gestora. No mês, itens como bens de consumo duráveis e semiduráveis ficaram mais baratos por causa dos descontos da Black Friday, apontou. Houve ainda perda de fôlego na parte de alimentação no domicílio, embora mais modesta, de 0,91% para 0,8%. "Ainda assim é uma alta relevante. Nos últimos meses do ano, os itens in natura sobem mais por conta das chuvas, e as carnes também ficam pressionadas."

Para a LCA Consultores, o IPCA ficou negativo em 0,14% no penúltimo mês do ano. As maiores quedas devem ocorrer nos grupos de habitação (-0,74%) e transportes (-0,46%), refletindo, respectivamente, o movimento baixista das tarifas de energia e dos combustíveis. A consultoria menciona, ainda, as descompressões previstas para as partes de artigos de residência (0,76% para 0,11%) e vestuário (0,33% para 0,04%). Na de alimentação e bebidas, a expectativa é de aumento de 0,14%, ante 0,59% registrado em outubro.

A pressão dos alimentos observada no terceiro trimestre tem diminuído, comentam os economistas do UBS em relatório, ao mesmo tempo em que os custos de energia caíram rapidamente. "Há uma oferta maior de alimentos depois da greve dos transportes em maio, e os preços de petróleo em reais e em dólares estão caindo. Além disso, as condições hidrológicas melhoraram, puxando os custos de eletricidade para baixo", aponta o departamento econômico do banco suíço, que trabalha com queda de 0,10% para o índice oficial de inflação em novembro.

Considerando o cenário mais favorável para as cotações de alimentos e energia, o UBS reduziu de 4,2% para 4% sua estimativa para a alta do IPCA em 2018. Para o próximo ano, o banco espera avanço de 4,5% do indicador.

Alves, da Mogno, projeta que o IPCA vai encerrar este ano com aumento de 3,8%, com o índice de dezembro perto de zero. Existe a possibilidade, no entanto, de nova deflação. "Os preços de alimentos estão subindo um pouco

nas coletas, mas a bandeira verde [nas contas de luz] e os combustíveis jogam o IPCA para baixo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Energia mais barata leva baixa renda à menor inflação em 16 meses

A mudança de bandeira tarifária de energia elétrica, mais barata, levou a inflação entre os mais pobres ao menor nível em 16 meses. É o que mostrou ontem a Fundação Getúlio Vargas ao divulgar o Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), que apura percepção de inflação entre famílias com ganhos até 2,5 salários mínimos mensais. O indicador caiu 0,25% em novembro, após subir 0,53% em outubro, a menor taxa desde junho do ano passado (-0,45%).

Para Andre Braz, economista da FGV, os sinais são de que o indicador entre os mais pobres pode terminar 2018 mais baixo que a inflação sentida por famílias com ganhos até 33 salários mínimos mensais, apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR).

Em 12 meses até novembro, o IPC-C1 acumula alta de 3,80%, ante 4,24% do IPC-BR. Entre outubro e novembro, houve troca de bandeira de tarifa elétrica vermelha 2 para amarela, ou seja, de menor custo para o consumidor. Isso intensificou deflação de tarifa de eletricidade residencial (de -0,91% para -6,04%) entre outubro e novembro, com impacto na variação de preços do grupo Habitação (de -0,11% para -1,10%).

Braz lembra que já foi anunciada bandeira verde para dezembro - o que significa novas reduções para energia elétrica, com impacto no IPC-C1 do mês.

Apesar da contribuição recente da energia para conter o indicador, os preços administrados tiveram grande contribuição na formação da inflação do ano.

Os alimentos, pelo segundo ano consecutivo, foram a "âncora" a frear avanço da inflação, devido à boa oferta - o que reduz preços. Entre outubro e novembro, a inflação dos alimentos diminuiu de 1,17% para 0,34% e acumula alta de 3,78% em 12 meses no IPC-C1.

Os alimentos respondem por 31% do indicador inflacionário entre os mais pobres, contra 24% no IPC-BR. Para o ano que vem, a trajetória do IPC-C1 dependerá da evolução de preços dos alimentos novamente, avaliou Braz.

O economista comentou que as projeções de mercado apontam atividade mais aquecida para 2019, o que normalmente eleva preços. Braz acha difícil o país ter terceiro ano consecutivo bom para agricultura.

No total, sete das oito classes de despesa componentes do índice tiveram deflação ou inflação mais baixa em novembro. Além de Habitação e Alimentação, são os casos de Transportes (de 0,71% em outubro para -0,42%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,38% para -0,17%), Vestuário (0,73% para 0,14%), Educação, Leitura e Recreação (0,37% para 0,27%) e Comunicação (0,12% para 0,07%). Despesas Diversas teve acréscimo (de -0,03% para +0,03%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Obrador suspende leilões de petróleo no México por três anos

O novo presidente do México, o esquerdista Andrés Manuel López Obrador, anunciou ontem que os leilões de petróleo estão suspensos pelos próximos três anos. A decisão é vista por analistas como um indicativo de que o novo governo não levará adiante a abertura do setor energético iniciada pelo antecessor, Enrique Peña Nieto, e envia um mau sinal a empresários e investidores.

Segundo López Obrador, nesses três anos serão analisados os resultados dos contratos assinados durante o governo Peña Nieto. Também serão avaliados os investimentos e a quantidade de petróleo produzidos pelas empresas estrangeiras que venceram os leilões de exploração no México.

Amlo - como é conhecido López Obrador - afirmou que a reforma energética iniciada no governo anterior não trouxe os investimentos que prometeu para o setor e que as empresas não estão produzindo muito.

Ele disse que seu governo faria uma análise da reforma e reiterou que respeitará os 107 contratos assinados depois dos leilões. O governo de Peña Nieto dizia que os contratos poderiam gerar US\$ 161 bilhões em investimentos.

"Em quatro anos de reforma energético, a Pemex investiu muito pouco. Mas apenas 2% de tudo o que investiu a Pemex foi o [nível de] investimento estrangeiro com a reforma energética", disse López Obrador. "Com os contratos não foi extraído um barril de petróleo. Então não podemos continuar entregando territórios para a extração de hidrocarbonetos se não há investimento e, o mais importante, se não há produção."

Edward Glossop, economista da Capital Economics, afirma que se a Amlo quiser ver aumento na produção de petróleo antes de retomar os leilões de petróleo, ele terá de esperar.

"Muitos dos blocos que foram leiloados ainda estão na fase de exploração, e não produção. É possível que leve anos até que a produção privada aumente substancialmente", diz.

Enquanto os blocos em águas profundas adquiridos pela Royal Dutch Shell, a Exxon Mobil Chevron e a Total ainda estão em fase de exploração, alguns projetos onshore leiloados no âmbito da reforma estão produzindo 13.400 barris por dia, segundo dados oficiais.

Isso inclui cerca de 9.200 barris/dia produzidos por duas joint-ventures onshore com a Pemex, além de outros 4.200 barris diários de produtores privados.

A produção da Pemex, que vem caindo há 14 anos, chegou a 1,76 milhão de barris diários em outubro.

As refinarias da estatal petroleira estão operando no nível mais baixo em quase três décadas. Em outubro, a produção das refinarias da Pemex no México foi de 485.478 barris/ dia, a menor desde dezembro de 1990. O total produzido equivale a 30% da capacidade das refinarias.

Para Glossop, a decisão do novo governo indica que Amlo implementará mais políticas heterodoxas nos seis anos de mandato e mina ainda mais a confiança de empresários e investidores em sua gestão. Ele afirma que, no longo prazo, a decisão de não fazer novos leilões pode ter um impacto de 0,3 ponto percentual no PIB mexicano.

Carlos Petersen, analista da consultoria Eurasia, acredita que o anúncio de ontem é um sinal de que não haverá mais licitações no setor e que o governo Amlo pretende centralizar a tomada de decisões e a estratégia do setor energético nas mãos do Poder Executivo e da Pemex.

"A decisão traz consequências negativas para as empresas que estão no México e mostra que as operações no setor petroleiro tendem a ser cada vez mais difíceis", diz.

Glossop lembra que o governo Peña Nieto havia completado nove leilões de um total de 16 licitações planejadas para o setor petroleiro. Amlo não deixou claro se adiaria ou cancelaria uma rodada de leilões marcada para fevereiro.

No total, as licitações cobrem 46 blocos de petróleo e gás, incluindo nove áreas de xisto, além de direitos de parceria para sete joint-ventures onshore com a Pemex. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Natalia Nunes

Título: A energia custa mais do que mostra a conta de luz

Se tudo continuar como está no setor elétrico, a sociedade brasileira arcará com um custo cada vez maior para manter o sistema. E não é só o bolso do consumidor residencial que sente, o setor produtivo e os cofres públicos também são impactados. O custo desse insumo interfere na produtividade e competitividade da indústria, que já paga uma das tarifas mais caras do mundo. Ao mesmo tempo, o governo abre mão de receita tributária dando subsídios e incentivos cruzados. No final, o país perde.

Para evitar esse processo, se faz necessária uma detalhada e transparente discussão sobre a composição dos custos e benefícios da matriz elétrica brasileira. Com o objetivo de contribuir com esse debate, o Instituto Escolhas lançou uma metodologia inédita para o cálculo do custo total da geração de energia no Brasil. O levantamento coloca em números os custos até então não explicitados da energia gerada, contabilizando também a vantagem específica advinda de cada fonte - pequenas centrais hidrelétricas, eólica, solar ou aquela obtida por combustíveis fósseis e biomassa.

A principal inovação da pesquisa é criar uma valoração adequada de atributos, como infraestrutura, custos de investimento e operação e os relacionados à emissão de gases de efeito estufa. Ao final, o estudo obtém os reais custos e benefícios de cada fonte e revela, em primeira mão, qual o peso das isenções, incentivos e subsídios na composição dos preços da energia gerada por cada fonte.

Para o cálculo, a pesquisa soma o valor de cada atributo mensurado, dando-nos ao final o preço do MWh de cada fonte. Este método possibilita a decomposição do preço com ou sem o custo para a sociedade, tanto dos subsídios e incentivos, quanto da emissão de CO₂.

O levantamento aponta que os subsídios são um componente dos custos de energia que potencialmente causam distorção na precificação das fontes. Normalmente, são tratados como subsídios apenas os descontos de encargos

dados ao gerador ou aos consumidores de energia. O estudo inova ao incluir outros fatores na mensuração dos subsídios, como o desconto obtido segundo o regime tributário no qual se insere a empresa, ou ainda as taxas de juros diferenciadas oferecidas por instituições financeiras públicas a algumas fontes. Logo, a origem do subsídio pode ser distinta, como encargos setoriais, tributos ou financiamento, mas todas as fontes analisadas recebem algum desconto. Hoje, as fontes que mais recebem subsídios e isenções são solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas.

No caso das termelétricas, os descontos ocorrem nas taxas de financiamento. Pelos cálculos, a termelétrica a gás (ciclo aberto) flexível no Sudeste recebe financiamento subsidiado por bancos públicos cujo custo é de R\$ 45/ MWh, o qual é arcado pelos contribuintes. Assim, o custo final do MWh desta fonte é de R\$ 412, mas poderia ser R\$ 367.

Já as solares, eólicas e biomassa, têm como principal fonte de abatimento a modalidade de tributação na qual se enquadram (lucro presumido). Para as solares no Nordeste o abatimento chega a R\$ 40/MWh. Para eólicas no Sudeste, R\$ 28/MWh. E no caso da biomassa, R\$ 16/MWh. Sem esta diferença no regime tributário, estas fontes não contariam com os descontos advindos das reduções da base de cálculo e do pagamento de PIS/Cofins. Mais uma vez, quem paga esta diferença é o contribuinte.

Novas energias renováveis têm vantagem comparativa e trazem benefícios para a sociedade

No fim, o ônus dessa política de subsídios é distribuído para toda a sociedade. O custo total do subsídio dado ao setor elétrico é transferido aos geradores (2%, devido aos encargos de Pesquisa & Desenvolvimento pagos somente por algumas fontes); consumidores (18%, referente ao abatimento na Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST) e contribuintes (80%, devido aos descontos advindos da modalidade de tributação, ICMS e financiamentos).

A pergunta que fica é: por quanto tempo esses subsídios ainda precisam acontecer e em que situações ele deve ser mantido?

Tomemos como exemplo a produção de energia eólica no Nordeste, que tem batido recordes recorrentes, mas há 10 anos era quase nula. A região passa por uma grave crise hídrica, com consequências diretas na produção da energia hidrelétrica. Portanto, se não houvesse esse planejamento do setor - e os subsídios ou incentivos que tiveram como objetivo tornar a fonte eólica mais competitiva -, hoje o Nordeste teria que recorrer com mais frequência às termelétricas, o que aumentaria o custo e a conta dessa geração.

A resposta passa pela discussão sobre a atual política de subsídios e a remuneração das características positivas de cada fonte, tais como a baixa emissão de gases de efeito estufa e o menor impacto com obras de infraestrutura. Essas características representam uma vantagem comparativa das novas renováveis e um benefício para a sociedade.

A questão é complexa, mas o setor tem manifestado interesse em encarar esse desafio. Cabe agora ao novo governo a tomada de decisão que orientará os rumos da política energética do país, principalmente nesse momento em que o Brasil enfrenta uma violenta recessão econômica, com muito desemprego, crise fiscal e uma carência imensa de atividades do Estado que precisam de financiamento.

O levantamento mostra, de modo sistemático, que o planejamento deve se dar com equilíbrio, avaliando as vantagens e desvantagens de cada fonte energética. E apresenta com transparência a estrutura de subsídios para que a sociedade, munida minimamente de informações, possa participar dessa escolha.

A diversificação e competitividade da matriz elétrica brasileira não pode limitar-se exclusivamente ao incentivo de instituições públicas. O alinhamento do país a uma estratégia sustentável, que requer a mudança de perfil da produção energética, também precisa ser financeiramente eficiente. Só com responsabilidade o país poderá orientar-se diante das grandes discussões do século XXI. É esse debate - muito além do interesse específico de cada setor - que precisa ser feito.

Natalia Nunes, economista, é coordenadora científica do Instituto Escolhas, think tank que desenvolve estudos e análises sobre economia e meio ambiente para viabilizar o desenvolvimento sustentável. Saiba mais sobre o instituto em www.escolhas.org.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Alessandra Saraiva e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras retoma petroquímica

O plano de negócios e gestão 2019-2023 divulgado ontem pela Petrobras marcou o retorno da estratégia para petroquímica, segmento do qual a empresa havia decidido sair no plano 2017-2021, e o aumento de 35,1% de aportes destinados para a área de gás e energia, em relação ao plano anterior (2018-

2022). No total, a petroleira prevê investir US\$ 84,1 bilhões no período, valor 12,8% maior que o estimado no plano anterior.

O carro-chefe dos investimentos continuará sendo a exploração e produção (E&P), com recursos previstos de US\$ 68,8 bilhões. Mas os desembolsos estimados em petroquímica (US\$ 300 milhões) e gás e energia (US\$ 5 bilhões) indicam uma nova fase, olhando para o futuro, após dois anos de estratégia agressiva de redução de custos e de endividamento e venda de ativos.

No caso da petroquímica, a Petrobras olha para o setor como uma atividade integrada ao refino. "Hoje as empresas de petróleo, assim como a Petrobras, têm que olhar a petroquímica como sendo uma possível utilização quando a curva de demanda de óleo tende a ter uma reversão. O ativo petroquímico faz mais sentido quando ele entra em integração com sua capacidade de refino", disse o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras, Rafael Grisolia, em teleconferência com analistas sobre o plano. Os investimentos previstos em petroquímica serão destinados a projetos integrados aos ativos de refino da estatal.

Com relação à Braskem (petroquímica onde a estatal é sócia da Odebrecht), Grisolia disse que aguarda definição do processo entre a LyondellBasell e seu sócio para avaliar se acompanha a venda.

Em gás e energia, o foco será otimizar a posição da empresa no segmento de gás natural. "Somos uma empresa que tem uma relação em torno de 80% óleo e 20% gás. E participar do mercado global de GNL [gás natural liquefeito] é importantíssimo, para conectar o nosso mercado doméstico, que sempre será o mercado mais importante para a Petrobras, com o mercado global, permitindo a captura de custos de oportunidade e eventualmente arbitragens que possam ser possíveis ao longo do caminho", disse o diretor de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da empresa, Nelson Silva.

Questionado por analista se o próximo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, teve ingerência no plano, Silva não respondeu diretamente mas disse que o plano é da empresa, e não de "uma ou duas pessoas". Segundo ele, mais de cem pessoas participaram da elaboração do documento, ao longo de oito meses de trabalho.

A estatal voltou a ser alvo ontem de operação da Polícia Federal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Alessandra Saraiva e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo****Título: Petrobras quer US\$ 27 bi em venda de ativos**

Sem a corda no pescoço, a Petrobras continuará buscando a redução da alavancagem no plano de negócios e gestão 2019-2023, divulgado ontem, porém com menos pressão. O plano de desinvestimentos, de US\$ 26,9 bilhões para todo o horizonte do plano, deixou de ser uma ferramenta para a redução da dívida e passa a ser tratado agora dentro da gestão de portfólio da estatal.

De acordo com o plano, a empresa pretende alcançar a relação dívida líquida/Ebitda de 1,5 vez em 2020. Com previsão de geração de caixa após dividendos, impostos e contingências de US\$ 114,2 bilhões no horizonte do plano, valor 23,9% inferior ao previsto na versão anterior, o diretor Financeiro e Relações com Investidores, Rafael Grisolia, disse que a companhia prevê aumentar o "payout" (percentual do lucro líquido distribuído aos acionistas em forma de dividendos) a partir de 2021.

"A companhia está gerando muito mais caixa. Entendemos que vamos fechar o ano perto de 2,5 [dívida líquida/Ebitda] e vamos passar o ano de 2019 abaixo de 2. E estabilizaremos a companhia, em termos de estrutura de capital, em torno de 1,5 vez", disse o executivo, em teleconferência com analistas. Segundo ele, para manter o nível de endividamento em 1,5 vez "a gente tem que, a partir de 2021, exercer uma política de dividendos bem mais agressiva mesmo".

Segundo o diretor de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da empresa, Nelson Silva, a política de preços de combustíveis alinhada com o mercado internacional continuará sendo uma alavanca de valor para a empresa no novo plano, junto com parcerias e desinvestimentos, disciplina de capital e otimização de despesas operacionais.

Com relação aos desinvestimentos, Grisolia explicou que o montante de US\$ 26,9 bilhões é relativo à carteira atual do programa, cujos ativos já foram anunciados ao mercado. O valor inclui, por exemplo, o plano de parcerias em refino, divulgado anteriormente ao mercado e por meio do qual a estatal pretende se desfazer de 60% de participação em ativos no Sul e Nordeste.

De acordo com Grisolia, não há previsão de venda do controle da BR Distribuidora. "Não está no atual plano. Achemos que tem outras prioridades", afirmou.

O vice-presidente eleito, general da reserva Hamilton Mourão, disse em recente evento a investidores que a BR Distribuidora seria um dos ativos que poderiam ser privatizados pela Petrobras.

Com relação à produção, a Petrobras prevê um crescimento anual de 5% em petróleo e gás natural nos próximos cinco anos. Para 2019, a meta é alcançar produção de 2,8 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) de petróleo e gás natural, com aumento de 3,7% na comparação com 2018.

Sobre a meta de produção de petróleo em campos nacionais - principal métrica operacional da empresa -, a estimativa é alcançar 2,3 milhões de barris diários em 2019, com crescimento de quase 10% ante a meta deste ano, de 2,1 milhões de barris diários.

A Petrobras prevê a entrada em operação de 14 plataformas entre o fim deste ano e 2023. Para 2019, a companhia estima iniciar a produção nas unidades P-68 (Berbigão) e P-76 e P-77 (Búzios), todas no pré-sal da Bacia de Santos.

Do total de investimentos previstos em exploração e produção (E&P) para o período de 2019 a 2023, de US\$ 68,8 bilhões, 70% serão voltados para o desenvolvimento da produção, 16% para exploração e 14% em infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento (P&D). Com relação ao desenvolvimento da produção, dos US\$ 48,4 bilhões de investimentos previstos, 56% serão para o pré-sal e 44% para o pós-sal.

Em exploração, os investimentos estimados de US\$ 10,8 bilhões representam um aumento de 59% ante o plano anterior.

Na área de refino, o investimento previsto é de US\$ 1,3 bilhão. O principal projeto da carteira é a conclusão da segunda etapa da refinaria RNEST, em Ipojuca (PE). A refinaria do Comperj, em Itaboraí, na região metropolitana do Rio, permanece em estudo de viabilidade, em parceria com a petrolífera chinesa CNPC.

Na área de energias renováveis, que receberá investimentos de US\$ 400 milhões até 2023, o foco da empresa será as fontes eólica e solar. Segundo Silva, a companhia pretende participar de leilões de energia solar.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/12/2018****Seção: Empresas****Autor: André Guilherme Vieira, Ricardo Mendonça e Rafael Moro Martins | De São Paulo e Curitiba****Título: Negócios com Glencore, Vitol e Trafigura são alvo da Lava-Jato**

A 57ª fase da Lava-Jato, deflagrada ontem, revelou evidências da atuação de uma suposta organização criminosa estruturada para lesar a Petrobras na área de trading. A ação recebeu o nome de Operação 'Sem Limites' e investigou as relações da petrolífera com as tradings Vitol, Trafigura e Glencore. Foram onze mandados de prisão preventiva e 27 de busca e apreensão, além de um de intimação, ordenados pela juíza Gabriela Hardt, da 13ª Vara Criminal de Curitiba.

Também foram expedidas ordens de sequestros de imóveis, indisponibilidades de contas bancárias de investigados e bloqueio de valores até o limite dos prejuízos já identificados.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), essas empresas pagaram propinas a intermediários e funcionários da Petrobras nos montantes, respectivamente, de US\$ 5,1 milhões, US\$ 6,1 milhões e US\$ 4,1 milhões, relacionados a mais de 160 operações de compra e venda de derivados de petróleo e aluguel de tanques para estocagem entre 2009 e 2014. Além dessas empresas, outras trading companies estão sob investigação.

Ao todo, as três tradings pagaram US\$ 11 milhões em propinas, entregue em espécie ou via offshores

As provas apontam que havia um esquema em que empresas pagavam propinas para obter facilidades, conseguir preços mais vantajosos e realizar contratos com maior frequência. Esses negócios diziam respeito à compra e venda no mercado internacional de óleos combustíveis (produtos utilizados para geração de energia térmica), gasóleo de vácuo (intermediário utilizado na produção de gasolina e diesel), bunker (combustível para motores de navio) e asfalto.

Os subornos beneficiavam funcionários da gerência executiva de Marketing e Comercialização, subordinada à diretoria de Abastecimento. As operações que subsidiaram os esquemas de corrupção foram conduzidas pelo escritório da Petrobras em Houston, nos EUA, e pelo centro de operações no Rio de Janeiro, segundo o MPF.

"Nunca encontrei tamanha quantidade de provas como na investigação que determinou medida de hoje [ontem]", afirmou Filipe Hille Pace, delegado da Polícia Federal (PF) responsável pela investigação. "É uma atividade da empresa que não pode estar submetida ao regime de contratação pública. Investigados se aproveitavam dessa carência de limites impostos pela legislação para cometer crimes sem medo de burlar licitação e contratos públicos."

A Lava-Jato identificou US\$ 6 milhões em vantagens indevidas pagas pela Trafigura em 88 operações realizadas entre 2009 e 2013. Ao todo, Trafigura, Vitol e Glencore pagaram US\$ 11 milhões em propinas, entregue em espécie ou via offshores.

Um dos suspeitos de participar do esquema é Carlos Roberto Martins Barbosa, ex-funcionário da Petrobras já denunciado pela Lava-Jato por corrupção e lavagem de dinheiro na compra da refinaria da Pasadena, nos EUA. Ele está internado em um hospital no Rio há três dias. Segundo Pace, Martins Barbosa fechou contas no exterior e transferiu US\$ 1,8 milhão para a conta bancária de um advogado em 2014, às vésperas da delação do ex-diretor de Abastecimento Paul Roberto Costa. Em seguida, ele foi pago através de "complexas operações imobiliárias". Os imóveis são alvo de mandados de sequestro.

A Lava-Jato tenta prender Rodrigo Berkowitz, funcionário da estatal em Houston, tido como o responsável pelas negociações, e Cesar Joaquim Rodrigues da Silva, igualmente ex-servidor da Petrobras, que saiu do Brasil há alguns dias. Também estão no exterior Luis Eduardo Loureiro Andrade, representante da Sargeant Marine, e o sueco Bo Hans Vilhelm Ljungberg, que atuava no Brasil como consultor e intermediário dos negócios. Os quatro foram incluídos na lista de procurados da Interpol.

Marcos Antonio Pacheco Alcoforado, ex-funcionário da estatal, foi preso por suspeita de participar do esquema. Um funcionário de carreira da Petrobras, que trabalha no Rio, foi alvo de mandado de busca e apreensão. A Polícia Federal também prendeu o pai de Rodrigo Berkowitz, Paulo Cesar Pereira Berkowitz, suspeito de gerenciar uma conta offshore em nome do filho e de distribuir propinas a integrantes do esquema, Carlos Henrique Nogueira Herz, suspeito de intermediar negócios fraudulentos, Márcio Pinto de Magalhães, representante da Trafigura, e os advogados Gustavo Buffara Bueno e André Luiz dos Santos Pazza.

A Vitol enviou e-mail à agência de notícias Bloomberg no qual afirma ter uma política de tolerância zero em relação à corrupção e sempre coopera com as autoridades. A Glencore não quis comentar. A Trafigura disse, também à Bloomberg, que não comenta casos envolvendo Justiça.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Fábio Pupo | De Brasília****Título: Cade decide investigar estatal sobre conduta em refino**

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu, por maioria, pela abertura de investigação sobre o eventual abuso de poder dominante da Petrobras no mercado de refino de petróleo.

A decisão seguiu a sugestão do presidente do órgão antitruste, Alexandre Barreto. Ele não viu elementos suficientes para abrir um processo contra a estatal e optou por sugerir apenas o inquérito. "Não temos no momento motivos para a abertura de um processo administrativo. Contudo, temos elementos no estudo que podem se configurar infrações contra a ordem econômica", disse. Para ele, embora o quase monopólio exercido pela estatal não constitua por si só uma prática ilícita, a estrutura atual "potencializa" eventual abuso de posição dominante.

Como a decisão é pela investigação no momento, Barreto diz ser cedo para discutir sanções como a venda de ativos da estatal. "Ainda é indício, algo bem inicial. Então não dá para se falar em condenação e muito menos em remédios a serem aplicados", disse ele. A investigação tem prazo inicial de seis meses. Os passos seguintes incluiriam, constatadas as infrações, um processo administrativo a ser encaminhado para análise do tribunal do Cade para discussão de medidas - que podem, no limite, incluir a venda de ativos. Nesse caso, os conselheiros teriam que deliberar sobre uma eventual condenação da empresa.

A concorrência, nesse caso, fica a cargo de importação e de empresas com baixa atuação em todo país

A sugestão de Barreto sobre a investigação foi seguida por quatro conselheiros, mas também foi alvo de contestações. Única a discordar integralmente da sugestão, Paula Farani de Azevedo Silveira afirmou que o estudo usado para embasar a decisão não apontou indícios de abuso de poder dominante. Ainda segundo ela, a possível concorrência reduzida no setor decorre de ações estatais.

Já Cristiane Alkmin votou com Barreto, mas alertou sobre os possíveis efeitos da venda de ativos no futuro. "Não tenho dúvidas que a melhor alternativa é vender as refinarias. Mas não sei se a venda de alguns ativos pode ter impacto

positivo, a depender do comprador", disse. Além disso, ela afirma que a ação do Cade poderia inclusive atrapalhar o planejamento da estatal - que sob o novo governo já deve acelerar vendas de ativos. Barreto respondeu que a decisão é apenas pela investigação, não havendo uma decisão sobre o tema.

A determinação para abrir a investigação tem como base nota técnica elaborada pelo Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade, no grupo de trabalho instituído com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O estudo buscou debater a estrutura do mercado de refinaria no Brasil e possíveis medidas para estimular a competição no setor.

De acordo com o documento, a Petrobras detém 98% de participação nesse mercado e há poucas alternativas à estatal para o refino de petróleo. Segundo o Cade, a concorrência fica a cargo de importação e empresas com baixa expressividade no território brasileiro.

Barreto afirmou que a Petrobras é uma formadora de preço e influencia em uma das cadeias mais relevantes do país. "Compete ao Cade fazer um controle preventivo exatamente para evitar que os agentes do mercado abusem do poder que eventualmente eles detenham. No mesmo sentido, no âmbito repressivo, é válido também uma reflexão sobre as estruturas dos mercados, especialmente se, nos casos extremos, e condicionado à ocorrência de ilícito, seja socialmente desejável uma intervenção estrutural da autoridade concorrencial", explicou o presidente.

Em abril deste ano, a Petrobras sugeriu voluntariamente a venda de dois conjuntos de ativos no setor de refinaria, nas regiões Sul e Nordeste. A operação resultaria em duas novas empresas e a estatal teria participação minoritária de 40% em cada uma delas.

O estudo do DEE, no entanto, defende que a alienação parcial desses ativos, conforme proposta apresentada pela Petrobras, não cria concorrentes plenamente independentes, ainda que a participação da estatal nas novas empresas seja apenas passiva (sem poder de controle). "Se a intenção na venda dos referidos ativos é a criação de um ambiente concorrencial vigoroso, entende-se ser oportuna a sugestão de que se faça uma venda de ativos por completo", aponta a nota técnica.

Além disso, o Departamento destaca que a localização dos ativos a serem vendidos pela Petrobras deve ser levada em conta, apontando o Sudeste como opção para um desinvestimento.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Silvia Rosa | De São Paulo****Título: Santo Antônio está perto de acordo com BNDES**

A negociação entre a Santo Antônio Energia (Saesa) e o BNDES para o refinanciamento da dívida de R\$ 10 bilhões da usina hidrelétrica está avançada e deve sair ainda nesta semana.

Um dos pontos que estava travando o fechamento do acordo, relacionado às garantias adicionais exigidas pelo BNDES e bancos repassadores do empréstimo, foi resolvido. Para os bancos estenderem o prazo da dívida de 2034 para 2040, os acionistas teriam que prover garantias adicionais. Como o FI-FGTS, que é o controlador do FIP Amazônia um dos acionistas da Saesa, não pode aportar garantias, desde a formação da Madeira Energia (Mesa), concessionária da megausina, Odebrecht e Andrade Gutierrez, dividiam as garantias relativas ao fundo.

A Andrade não aceitou cobrir, junto com a Odebrecht, a parte do FI-FGTS nas garantias adicionais no acordo. Essa parte, que seria da Andrade, será coberta por meio de uma fiança corporativa dada pela Mesa, que tem como sócios, além do FIP Amazônia, Furnas, Odebrecht Energias do Brasil, Saag Investimentos, controlada pela Andrade Gutierrez Participações, e a Cemig Geração e Transmissão.

O contrato de refinanciamento com o BNDES ainda deve incluir um aditivo prevendo a revisão das garantias em caso de mudança de acionista. A chinesa State Power Investment Corporation (SPIC) fez proposta formal para o controle da Mesa. Segundo fontes, o negócio deve sair neste mês com a conclusão fechada até meados do ano que vem. A oferta avalia o capital da companhia em R\$ 9,8 bilhões.

A dívida total da Saesa é de R\$ 15 bilhões. Além dos R\$ 10 bilhões com o BNDES e os bancos repassadores do empréstimo, há mais R\$ 1 bilhão em debêntures.

Os detentores dos papéis já aprovaram as condições de refinanciamento com o BNDES. Entre os termos propostos estão a alteração da indexação da dívida de TJLP para TLP (Taxa de Longo Prazo), com spread adicional de 1,5% para o BNDES e 1,4% para o banco repassador sobre a taxa atual. Hoje a remuneração do crédito direto com o BNDES é de TJLP mais spread de 2,40% e com os bancos

repassadores, de TJLP mais 3,30%. Há carência parcial de pagamento de juros até 2025, com a quitação do principal após 2025.

Enquanto não sai o refinanciamento com o BNDES, os acionistas da Saesa têm feito aportes de capitais para honrar as obrigações financeiras. A Saesa aprovou recentemente o terceiro aumento de capital de R\$ 130 milhões. Furnas aportou R\$ 55,2 milhões, o que deve elevar o capital social da empresa para R\$ 9,7 bilhões. Em outubro, a empresa fez aumento de capital de R\$ 261 milhões, sendo R\$ 209,6 milhões aportados por Furnas e o restante pela Cemig e Andrade.

O desentendimento entre os acionistas sobre o aumento de capital de R\$ 1 bilhão na Mesa contribuiu para atrasar o processo. Procurados, BNDES e Saesa não comentaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Produção de aço deve fechar 2018 com nível recorde

Mesmo em um ano com avanço tímido do PIB, greve dos caminhoneiros e guerra comercial no cenário internacional, a indústria siderúrgica brasileira deve encerrar 2018 com desempenho positivo, projetando continuidade do crescimento para 2019.

O Instituto Aço Brasil atualizou ontem as projeções para o setor siderúrgico brasileiro neste ano, apontando que a produção de aço bruto deve subir 3,8%, a 36,1 milhões de toneladas, abaixo da estimativa de crescimento de 4,6% apontada em julho. Mesmo assim, o número deve ser recorde histórico para o segmento, passando pela primeira vez do patamar das 36 milhões de toneladas.

"O ano de 2018 era um ano sobre o qual se tinha uma expectativa de retomada na economia e no próprio setor", afirmou Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, em entrevista coletiva. "A chamada crise dos caminhoneiros foi um divisor de águas para o desempenho de todos os setores. Especificamente para a siderurgia, essa crise fez com que tivéssemos que paralisar 16 altos-fornos. Foi uma pancada no setor"

As vendas internas de aço devem avançar 8,9% no acumulado de 12 meses, para 18,8 milhões de toneladas, na comparação com 2017. Em julho, a expectativa era de crescimento de 5,5%, para 18,2 milhões de toneladas.

O consumo aparente deve encerrar 31 de dezembro com alta de 8,2%, para 21,1 milhões de toneladas. A projeção anterior apontava avanço de 5,3%, para 20,6 milhões de toneladas.

Principal consumidora de aço no país, a construção civil deve fechar 2018 com queda de 0,7% em consumo aparente. O setor representou 34,1% do total da siderurgia no ano passado.

O dado revisa para baixo a estimativa da entidade, que, em julho, projetava alta de 1,5% para a construção. Para 2019, a expectativa é de crescimento entre 1% e 2,5%. A justificativa é o "apagão das canetas", como é chamada a dificuldade de aprovação de projetos pelo temor dos servidores de serem responsabilizados legalmente.

O recuo deve ser compensado pelo crescimento do consumo aparente do setor automotivo, que deve avançar 11,1%, puxado pelo crescimento de 13,7% do aço destinado aos automóveis voltados para o mercado nacional.

A projeção para o consumo de aço destinado às exportações do setor automotivo é de recuo de 8,6%. Para o ano que vem, a indústria automobilística deve consumir 9% a mais.

Em máquinas e equipamentos, o consumo deve fechar o ano em alta de 7,7%, abaixo dos 10% projetados em julho. Para 2019, a projeção é de alta de 10%.

Nas negociações com o mercado internacional, o Aço Brasil apontou que as exportações do setor devem registrar queda de 7,2%, para 14,2 milhões de toneladas, recuo maior que os 0,6% esperados em julho, afetadas pelos efeitos da guerra comercial liderada por Estados Unidos e China. As importações devem crescer 2,6%, para 2,4 milhões de toneladas, ficando também abaixo da expectativa divulgada no início de semestre, que apontava incremento de 5,3%.

Para o próximo ano, as vendas domésticas de aço pelas usinas locais devem avançar 5,8%, a 19,9 milhões de toneladas. De acordo com a entidade, o consumo aparente deve avançar 6,2% em 2019, para 22,5 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Coalizão garantiu interlocução direta com Paulo Guedes

Um dos representantes da chamada "Coalizão da Indústria", o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, afirmou que as negociações relacionadas à criação de um novo ministério que abrigasse as discussões relacionadas ao setor industrial no governo Jair Bolsonaro (PSL) foram encerradas após o futuro ministro da Economia Paulo Guedes garantir a interlocução direta dos industriais com a pasta.

A Coalizão reúne dez entidades do setor industrial, entre elas Aço Brasil, CBIC (construção), Abiquim (setor químico), Anfavea (montadoras) e Abimaq (máquinas e equipamentos). Defendia uma alternativa à extinção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

"Levando em conta a premissa do presidente Bolsonaro de enxugamento da máquina pública, sugerimos a criação do ministério da produção, trabalho e emprego. Nossa preocupação era de que para um segmento como a indústria não houvesse a interlocução adequada", afirmou Lopes durante coletiva do Instituto Aço Brasil realizada ontem.

Segundo Lopes, Guedes garantiu que, independentemente dos responsáveis no governo pelas questões consideradas importantes para a indústria, haveria um canal direto com ele.

"Com essa interlocução assegurada, estamos aqui para dar todo o apoio ao novo governo", completou o presidente do Aço Brasil.

A Coalizão listou uma série de propostas, ordenando prioridades, para estimular a retomada do setor. Entre os elementos citados, estão as reformas da previdência e tributária, o estímulo a construção civil, infraestrutura e exportações e a defesa da soberania nacional.

Lopes é crítico à forma como a indústria foi tratada por alguns setores do atual governo, como o Ministério da Fazenda. "Na nossa visão, a indústria não foi priorizada na parte mais relacionada à Fazenda", afirmou Lopes. "A Coalizão foi criada para ajudar o país e o governo para que as coisas funcionem. A indústria não quer continuar sendo colocada em segundo plano."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/12/2018

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Ceron emite debêntures

A distribuidora de energia Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) emitiu R\$ 1,550 bilhão em debêntures para 2023. Os papéis pagarão um retorno de 1,65% ao ano mais a variação do CDI. A empresa foi arrematada em agosto pela Energisa. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .